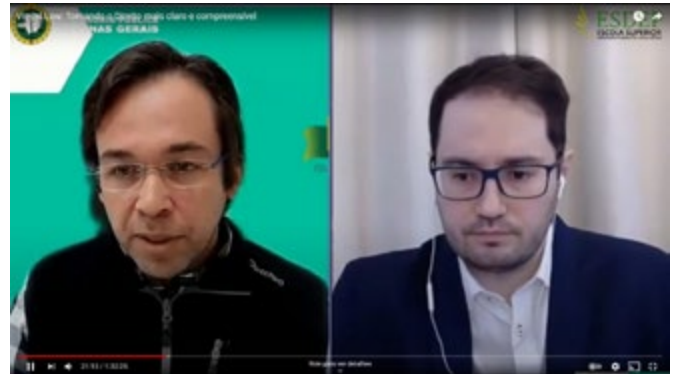


3º episódio da série “Expresso e-Defensoria” aborda *Visual Law* na comunicação jurídica e traz dicas para uso da técnica

“*Visual Law*: tornando o Direito mais claro e compreensível”, tema do terceiro episódio da série “Expresso e-Defensoria”, foi ao ar na sexta-feira (30/7), promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio de sua Escola Superior. A iniciativa tem o objetivo de debater temas do mundo contemporâneo relacionados com a atuação da Defensoria de Minas sob a ótica das transformações digitais. O debate, que nesta edição contou com a participação do defensor público e especialista em Direito Digital, Roger Vieira Feichas, e do advogado, professor e pesquisador Bernardo de Azevedo, está disponível no canal da DPMG no YouTube.

[Assista aqui.](#)

Ao abrir o evento, o defensor público idealizador da série Roger Feichas destacou a importância do evento para a geração de uma cultura digital dentro do Direito. O campo de estudo do *Visual Law* tem conquistado mui-



O defensor público Roger Feichas e o pesquisador Bernardo de Azevedo

to espaço no Brasil. O pesquisador Bernardo de Azevedo explicou sobre o que se trata a temática, mostrou os dados da primeira pesquisa nacional sobre a técnica e apresentou várias aplicações e elementos a partir de documentos já elaborados.

DPMG participa da cerimônia de sanção da lei para execução de projetos com recursos do Termo de Reparação de Brumadinho

[PÁGINA 2](#)

Foto: Marcelo Sant'Anna / DPMG



Defensor público-geral em exercício, Nikolas Katopodis (à esquerda), e demais autoridades acompanham a sanção do governador

Resolução Conjunta 007/2021 atualiza medidas de prevenção à Covid-19 no âmbito da Defensoria do Estado

A Defensoria Pública-Geral e a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas expediram, no dia 30/7, a Resolução Conjunta DPG/CGDPMG nº 007/2021, que atualiza as medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus no âmbito da Instituição.

As defensoras e defensores públicos que compõem o grupo de risco de agravamento da doença Covid-19, que exerciam suas atribuições de forma obrigatoriamente remota, à medida que completarem os prazos de imunização previstos na mencionada Resolução, passarão a exercê-las de forma prioritariamente remota, podendo praticar atos presenciais a seu critério.

Servidoras e servidores que estavam dispensados integralmente do trabalho presencial deverão retomar as atribuições funcionais presenciais, de forma integral ou em escala híbrida, na medida em que forem completamente vacinados (segunda dose ou dose única), a partir dos prazos constantes na Resolução Conjunta DPG/CGDPMG nº 007/2021.

[LEIA MAIS NA PAG. 3](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque • Na mídia [PÁG. 2 a 4](#)
- > Mundo oficial [PÁGINA 3](#)
- > Escola Superior [PÁG. 4 e 5](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁG. 6 e 7](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas participa da cerimônia de sanção da lei para execução de projetos com recursos do Termo de Reparação de Brumadinho

O defensor público-geral em exercício, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na cerimônia em que o governador Romeu Zema sancionou a Lei 23.830, autorizando a utilização de R\$ 11,06 bilhões provenientes de parte do acordo firmado pelo Poder Público com a Vale para reparação de danos causados pelo rompimento da barragem da mineradora em Brumadinho, em janeiro de 2019.

O evento aconteceu na quarta-feira (28/7) na Cidade Administrativa de Minas Gerais e contou com a participação da chefe de Gabinete da Defensoria-Geral, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, e do defensor público Felipe Soledade. Também participaram familiares das vítimas e dos atingidos, autoridades civis, militares, secretários de Estado, prefeitos, representantes de Poderes e instituições.

No início da cerimônia, militares do Corpo de Bombeiros fizeram a leitura dos 272 nomes das vítimas da tragédia em Brumadinho, seguido de um minuto de silêncio. Em seu pronunciamento, o governador lembrou e lamentou a perda de vidas no desastre. "Não há reparação que

valha uma vida. O rompimento da barragem em Brumadinho enterrou vidas e sonhos. Nada vai compensar as perdas sentidas por tantas famílias". E afirmou: "Mas é obrigação humanitária reparar o impacto dos danos causados pelo derramamento da lama, que abalou famílias e afetou a economia de Minas Gerais como um todo". Dez pessoas ainda estão desaparecidas e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) segue na operação de buscas dos dez desaparecidos na tragédia.

Segundo Romeu Zema, os recursos do termo de reparação se traduzirão em atendimento de saúde mais adequado, mais segurança, melhores rodovias, mais proteção ao meio ambiente e mais segurança hídrica, além dos empregos que serão gerados.

A Defensoria Pública de Minas Gerais foi uma das instituições que atuou na construção do Termo de Medidas de Reparação, firmado com a empresa Vale, que teve também como comprometentes o Governo de Minas, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF), e foi homologado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em 4 de fevereiro deste ano.

Durante a cerimônia, o governador também assinou sete despachos dando início à aplicação dos recursos em obras e ações aguardadas pela população mineira.

[Leia a matéria da íntegra](#)

Fotos: Marcelo Sant'Anna / DPMG



O defensor público-geral em exercício Nikolas Katopodis, durante a cerimônia na Cidade Administrativa



O defensor público Felipe Soledade e a chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Dias, acompanharam a cerimônia

Justiça homologa escolha da FGV para gerir programa de transferência de renda em Brumadinho e cidades atingidas

Instituições de Justiça escolheram a fundação após analisarem propostas de várias entidades

O juízo da 2ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte (MG) homologou na quinta-feira (29/7) a escolha da Fundação Getúlio Vargas (FGV) como a entidade que ficará responsável em atuar na operacionalização do Programa de Transferência de Renda às pessoas atingidas pelos rompimentos das barragens B-I, B-IV e B-IVA da Mina de Córrego do Feijão, da empresa Vale S.A., ocorrido em Brumadinho, em janeiro de 2019.

As Instituições de Justiça comprometentes do Termo de Medidas de Reparação do Desastre de Brumadinho tinham selecionado a proposta da entidade no dia 14 de julho.

A contratação de uma entidade para gerenciar o programa está prevista na cláusula 4.4.2 do acordo Judicial que foi homologado em 4 de fevereiro de 2021, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com a Vale S/A.

[Leia a matéria na íntegra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE • CONTINUAÇÃO

Resolução Conjunta 007/2021 atualiza medidas de prevenção à Covid-19 no âmbito da Defensoria do Estado

Aqueles que compõem o grupo de risco e que não puderem se vacinar deverão comprovar a contraindicação por atestado médico. Os que pertencem ao grupo de risco e que voluntariamente optarem por não se vacinar deverão retomar as atribuições funcionais presenciais quando seu grupo for contemplado no calendário oficial de vacinação. Com exceção das autorizações relativas aos grupos de risco constantes no art. 24 da Resolução Conjunta DPG/CGDPMG nº 006/2021, que agora foram revogadas pela Resolução Conjunta DPG/CGDPMG nº 007/2021, permanecem as demais determinações da Resolução Conjunta 006/2021.

Nas unidades da DPMG localizadas nas regiões classificadas como “onda verde” e “onda amarela” do Programa Minas Consciente, ou em classificação semelhante contida em decreto municipal, as Coordenações e/ou chefias imediatas poderão determinar o retorno dos servidores e funcionários terceirizados de maneira totalmente presencial ou manter a escala de trabalho de forma híbrida, nos termos dos capítulos III, IV e V da Resolução Conjunta DPG/CGDPMG nº 006/2021.

Permanecem aplicáveis e obrigatórios os protocolos de segurança sanitária constantes na Resolução Conjunta 006.

[Acesse aqui as Resoluções e os telefones de atendimento](#)

MUNDO OFICIAL

Condege realiza a 52ª reunião ordinária e apresenta *software* para integração das Defensorias Públicas

O defensor público-geral em exercício de Minas Gerais, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, participou na quinta-feira (29/7) da 52ª reunião ordinária do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege), realizada em formato híbrido, com alguns membros presencialmente, na sede da Defensoria Pública do Tocantins (DPE-TO), em Palmas, e outros de forma remota.

Durante a reunião, foi apresentado às defensoras e defensores públicos o Sistema Integrador de Defensorias Públicas para o Peticionamento Integrado. O *software*, desenvolvido pela equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação da DPE-TO, tem a proposta de tornar possível os trabalhos de defensoras e defensores públicos quanto ao peticionamento integrado, otimizando a comunicação entre as Defensorias Públicas de forma online e sistêmica.

A proposta do sistema é que os responsáveis pelo peticionamento integrado de cada Defensoria Pública



tenham acesso a um painel onde possam acompanhar o andamento de todas as solicitações enviadas e/ou recebidas. Outra utilidade do *software* é permitir que defensoras e defensores públicos registrem novas solicitações ou recebam as solicitações originadas de outros estados para prosseguirem com o peticionamento integrado.

[Leia a matéria na íntegra](#)

NA MÍDIA

POPULAÇÃO DE RUA

Defensora pública participa de série de reportagens sobre a vida da população de rua da capital sob a ótica das mulheres

Série 'Elas na Rua', exibida no MG2, mostra o impacto da invisibilidade das mulheres sem-teto na elaboração de políticas públicas – Portal G1 Minas, 26/07/2021

[1º episódio](#)

[2º episódio](#)

[3º episódio](#)

[4º episódio](#)

PENITENCIÁRIA LGBTQIA+ DE MINAS

Juíza em MG garante medidas para saúde da população LGBTI+ privada de liberdade

[Portal Conjur, 26 de julho de 2021](#)

Decisão garante medidas para saúde da população LGBTI+ em penitenciária mineira

[Portal CNJ, 27 de julho de 2021](#)

Defensoria Pública denuncia situação grave na 1ª penitenciária LGBTQIA+ de Minas

[Jornal Band Minas, 29 de julho de 2021](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG participará do lançamento oficial da Rede de Atenção às Pessoas Egressas em Minas Gerais

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) é uma das instituições que integra a Rede de Atenção às Pessoas Egressas de Minas Gerais (RAESPMG). O lançamento oficial das atividades acontece no dia 4 de agosto, de forma online pela plataforma Teams, a partir das 9h30, com a participação da defensora pública Maria Auxiliadora Viana Pinto, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH).

A RAESPMG tem como objetivo garantir os direitos das pessoas egressas do sistema prisional e de familiares, fortalecendo e potencializando ações e políticas voltadas para esse público. É uma estratégia de livre adesão, voltada para a mobilização colaborativa, voluntária

e horizontal entre atores do Poder Público e da sociedade civil, funcionando como estratégia de sustentabilidade da política de atenção às pessoas egressas do sistema prisional, mantendo independência e exercendo controle social sobre as ações estatais.

De acordo com a defensora pública Maria Auxiliadora Viana Pinto, como participante da rede, a DPMG seguirá impulsionando e acompanhando as políticas públicas, com o encaminhamento de egressos do sistema prisional para reocupar o seu lugar na sociedade em vista os seus direitos básicos e constitucionais, dentre eles o trabalho e a renda. A atuação será coletiva, conforme pedem as questões nacionais e sociais.

CNJ abre inscrições para novo ciclo do curso 'Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas'

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove mais um ciclo do curso "Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas". O objetivo é ressaltar a garantia dos direitos, previstos na legislação brasileira, e promover a melhoria da infraestrutura à proteção do interesse e desenvolvimento da criança, em especial da primeira infância.

As aulas acontecem entre os dias 13 de setembro e 18 de novembro. No conteúdo será abordado o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos, nos âmbitos psicológico, social, legal, administrativo e processual, à luz dos critérios, regras e princípios previstos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Marco Legal da Primeira Infância.

Nessa nova fase, o curso busca destacar a importância e desafios encontrados na aplicação das nor-

mas em relação ao funcionamento da rede de serviços de proteção a crianças e adolescentes.

As inscrições podem ser feitas a partir do dia 2 de agosto, por meio do site do CNJ.

[Para se inscrever e mais informações, clique aqui.](#)

O curso é uma ação do Pacto Nacional pela Primeira Infância e integra o projeto "Justiça começa na infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral", coordenado pelo CNJ. As aulas serão gratuitas, realizadas a distância e destinadas a defensores públicos, magistrados, promotores de Justiça, advogados, delegados de Polícia, policiais civis e servidores públicos que atuam nas equipes psicossociais do Sistema de Justiça e Segurança Pública.

CAMPANHA SOLIDÁRIA

'Distribua abraços, doe um agasalho'

A 7ª edição da campanha #CalorHumano está arrecadando roupas, cobertores e acessórios de inverno, em bom uso, para doar às entidades socioassistenciais que atendem idosos, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no estado, **até o dia 31 de agosto**. Além da DPMG, diversos parceiros solidários se juntaram em uma grande mobilização social. Em Belo Horizonte, são 27 pontos para recebimento da doação.

[Saiba mais informações e pontos de coleta aqui](#)

ESDEP INFORMA

Ciclo de palestras sobre a Lei Geral de Proteção de Dados

O Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ) promoveu na sexta-feira (30/7) o sexto e último encontro do Ciclo de palestras sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com o tema "Proteção de dados e o direito das crianças".

A transmissão da palestra foi realizada via YouTube e salva no canal da DPRJ ([c/ASCOMDPGERJ](#)).

ESCOLA SUPERIOR

Defensoria Pública de Minas e ESDEP
promovem roda de conversa sobre

O NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO BÁSICO

05 DE AGOSTO DE 2021
17 HORAS

TRANSMISSÃO
Youtube.com
c/defensoriamineira

PARTICIPANTES

CLEIDE NEPOMUCENO
DEFENSORA PÚBLICA MG

FREI GILVANDER
ASSESSOR DA OITMS

EDUARDO PEREIRA
PRESIDENTE DO SINDAGIA

ESDEP ESCOLA SUPERIOR

DEFENSORIA PÚBLICA MINEIRA

Defensoria Pública de Minas e ESDEP promovem **LIVE** sobre

ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICOS DA ENTREGA VOLUNTÁRIA DE RECÉM-NASCIDOS PARA ADOÇÃO
A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA MARIANAS EM SETE LAGOAS

04/08/2021

10:00

Transmissão: [youtube.com/c/defensoriamineira](https://www.youtube.com/c/defensoriamineira)

Palestrantes:

Orlando Gonçalves dos Santos Guimão
Diretor do Ministério Público

Jonny de Araújo Gonçalves
Assistente Social no Hospital Nossa Senhora das Graças e na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE

Danielle Frazz Soares Ara Senra
Defensora Pública de Infância e Juventude em Sete Lagoas

Luiz Gustavo Carvalho Soares
Promotor da Infância e Juventude de Sete Lagoas

Jessica Soares
Conselheira Tutelar do Conselho Tutelar Setor I de Sete Lagoas/MG

Simone Sany Silva
Psicóloga do Juizado de Infância e Juventude de Sete Lagoas

ESDEP ESCOLA SUPERIOR

DEFENSORIA PÚBLICA MINEIRA

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

JÁ ESTÁ DISPONÍVEL A **PESQUISA PARA AVALIAR** O GRAU DE SATISFAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO PELA **DPMG**

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



[@defensoriamineira](https://www.facebook.com/defensoriamineira)



[c/defensoriamineira](https://www.youtube.com/c/defensoriamineira)



[@defensoriamg](https://twitter.com/defensoriamg)



www.defensoria.mg.def.br